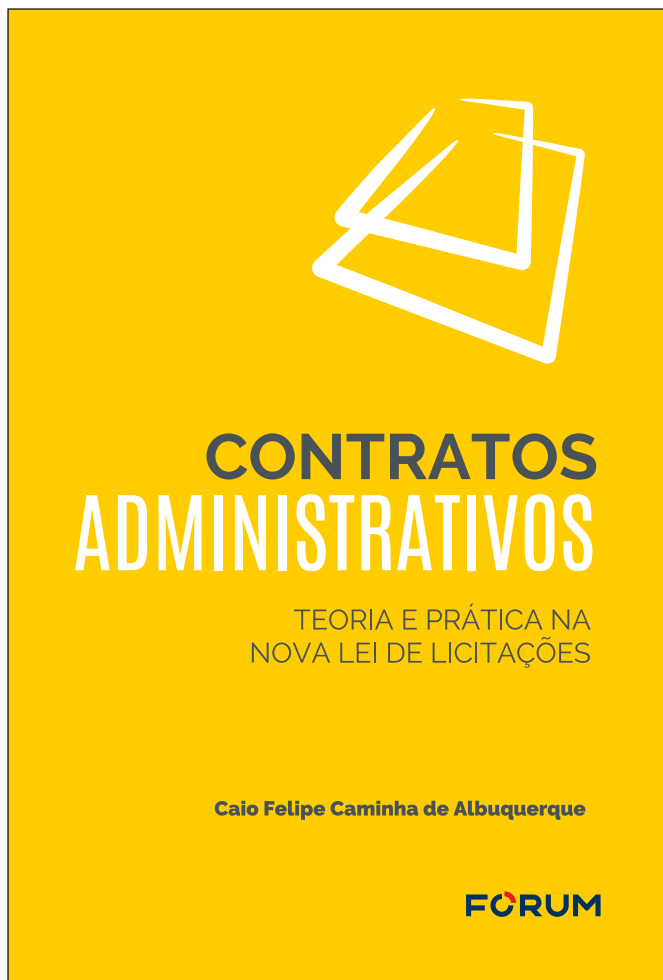


Caio Felipe Caminha de Albuquerque



# CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

## Teoria e prática na Nova Lei de Licitações

A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos trouxe alterações consideráveis no regime dos contratos administrativos. Para os que buscam uma compreensão adequada dos institutos legais, já não basta ler apenas a lei. É necessário um estudo que dê embasamento teórico sem se afastar da prática, permitindo a solução de problemas reais e com foco nos contratos administrativos. O propósito da presente obra é dar ao leitor as ferramentas necessárias para este estudo, aliando o conhecimento da teoria com a experiência profissional do autor na área consultiva de licitações e contratos. Dessa forma, os institutos da lei serão estudados de maneira específica, clara e objetiva, com explicações doutrinárias e jurisprudenciais, fornecendo a fundamentação necessária para a adoção de soluções práticas.

### Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO

### Áreas afins

LICITAÇÕES E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS

### palavras-chave

DIREITO ADMINISTRATIVO;  
CONTRATOS; LEI Nº 14.133/2021

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm  
CÓDIGO: 10003570

A345c Albuquerque, Caio Felipe Caminha de

Contratos administrativos: teoria e prática na Nova Lei de Licitações / Caio Felipe Caminha de Albuquerque. - Belo Horizonte : Fórum, 2023.

175 p. ; 14,5cm x 21,5cm.

ISBN: 978-65-5518-519-5

1. Direito. 2. Direito administrativo. 3. Contratos administrativos. 4. Licitações. I. Título.

2023-388

CDD 341.3

CDU 342.9

**Caio Felipe Caminha de Albuquerque** é Mestre em Direito e Desenvolvimento Sustentável pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ). Pós-graduado em Direito Notarial e Registral pela FUNIP. Ex-Procurador do Município de João Pessoa/PB. Procurador do Estado de Mato Grosso, lotado na Secretaria de Infraestrutura e Logística, advogado e parecerista, com experiência em licitações e contratos administrativos, regulação e concessões.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	15	
CAPÍTULO 1		
TEORIA GERAL DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....		17
1.1	Conceito .....	17
1.2	Fundamentos dos contratos administrativos.....	19
1.3	Características dos contratos administrativos.....	20
1.3.1	Bilateralidade .....	21
1.3.2	Comutatividade.....	22
1.3.3	Pessoalidade.....	22
1.3.4	Formalismo.....	23
1.3.5	Natureza de contrato de adesão.....	25
1.3.6	Finalidade pública e função social.....	26
1.3.7	Regime jurídico de direito público .....	27
1.4	Prerrogativas da Administração Pública nos contratos administrativos.....	30
1.4.1	Prerrogativas, não “cláusulas exorbitantes”.....	31
1.4.2	Prerrogativas contratuais em espécie .....	33
1.4.2.1	Alteração unilateral.....	34
1.4.2.2	Rescisão unilateral.....	35
1.4.2.3	Fiscalização.....	35
1.4.2.4	Aplicação de sanções .....	36
1.4.2.5	Ocupação provisória.....	36
1.5	A interpretação dos contratos administrativos.....	37
1.6	O contrato administrativo sob a perspectiva econômica .....	38
CAPÍTULO 2		
FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS .....		43
2.1	Procedimento para a formalização dos contratos.....	43
2.1.1	Convocação dos licitantes remanescentes .....	45
2.2	Requisitos essenciais dos contratos administrativos.....	46
2.2.1	Cláusulas necessárias em todo contrato .....	46
2.2.1.1	Cláusula de cessão de direitos patrimoniais .....	47
2.2.1.2	Omissão de cláusula obrigatória.....	48
2.2.1.2.1	Omissão de cláusula obrigatória e a Doutrina Christian...	49
2.2.2	Portal Nacional de Contratações Públicas.....	50
2.2.3	Instrumentos equivalentes ao contrato .....	51
2.2.4	Contratos verbais com a Administração Pública.....	52
2.2.5	<i>Blockchain</i> e contratos inteligentes.....	53
2.3	Garantias contratuais.....	55
2.3.1	Regramentos específicos do seguro-garantia .....	57
2.3.1.1	Cláusula de retomada no seguro-garantia .....	57
2.4	Alocação de riscos e matriz de riscos .....	58
2.4.1	Formulação da matriz de riscos .....	60
2.4.2	As fragilidades da matriz de alocação de riscos e proposições de mitigação.....	64
2.4.2.1	Utilização de metodologias predefinidas e adaptáveis ...	68
2.4.2.2	Adoção de práticas que favoreçam o acúmulo de dados estatísticos.....	69
2.4.2.3	Matriz de riscos dinâmica .....	70
2.4.2.4	Matriz de riscos integrável.....	71

CAPÍTULO 3	
DURAÇÃO DOS CONTRATOS.....	73
3.1 Duração e vigência dos contratos administrativos.....	73
3.2 Duração de contratos de serviços e fornecimentos contínuos .....	73
3.2.1 Caracterização da continuidade de serviços e fornecimentos.....	74
3.2.2 Estabelecimento do prazo de duração e requisitos para manutenção do contrato.....	75
3.3 Contratos com duração estendida .....	76
3.3.1 Contratos de eficiência e contratos que gerem receita.....	76
3.3.2 Contratos com operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação .....	77
3.3.3 Contratos sob o regime de fornecimento e prestação de serviço associado.....	77
3.3.4 Outros contratos com duração estendida .....	78
3.3.4.1 Contratos previstos em legislação especial .....	79
3.4 Contratos com duração indeterminada .....	80
3.5 Contratos por escopo .....	80
3.6 Prorrogações dos contratos.....	82
3.6.1 Requisitos para a prorrogação contratual.....	83
3.6.2 Discricionariedade nas prorrogações e inexistência de direito adquirido às regras de prorrogação.....	86

CAPÍTULO 4	
EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS .....	89
4.1 Execução do objeto contratual.....	89
4.1.1 Retardamentos, paralisações e suspensões.....	90
4.1.2 Inexecução contratual e suas consequências.....	91
4.1.2.1 Penalidades aplicáveis pela inexecução contratual.....	92
4.1.2.1.1 Advertência .....	93
4.1.2.1.2 Multa .....	94
4.1.2.1.3 Impedimento e inidoneidade para licitar e contratar .....	94
4.1.2.1.3.1 Reabilitação do contratado punido.....	96
4.1.2.1.4 Cumulação de penalidades.....	97
4.1.2.1.5 Procedimentos para a aplicação das sanções administrativas .....	97
4.1.2.1.6 Desconsideração administrativa da personalidade jurídica .....	98
4.2 Execução por subcontratação .....	100
4.2.1 A escolha do subcontratado.....	102
4.3 Obrigações do contratado na execução do contrato.....	103
4.4 Responsabilidades do contratado na execução do contrato .....	104
4.4.1 Aplicabilidade do Código de Defesa de Consumidor aos contratos administrativos.....	105
4.4.2 Responsabilidades por encargos decorrentes da execução contratual.....	107
4.5 Fiscalização do contrato .....	107
4.5.1 Contratação de terceiros para auxiliar na fiscalização... ..	109
4.6 Pagamentos .....	110
4.6.1 Remuneração variável .....	110
4.6.2 Pagamento antecipado.....	111
4.6.3 Compensações .....	112
4.6.4 Retenção de pagamentos.....	113
4.7 Recebimento do objeto contratual .....	115

CAPÍTULO 5	
ALTERAÇÕES DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS .....	119
5.1 Formas de alteração dos contratos administrativos.....	119
5.1.1 Alterações unilaterais .....	120
5.1.1.1 Limites percentuais às alterações unilaterais .....	121
5.1.1.1.1 Exceção aos limites percentuais às alterações unilaterais .....	122
5.1.2 Alterações bilaterais.....	123
5.2 Aditivos contratuais.....	124
5.2.1 Antecipação dos efeitos do aditivo.....	125
5.3 Apostilas .....	125
5.4 Alterações para a manutenção do equilíbrio contratual.....	126
5.4.1 Significado do equilíbrio contratual .....	126
5.4.1.1 Conteúdo do equilíbrio econômico-financeiro .....	128
5.4.2 Causas que afetam o equilíbrio contratual: áleas contratuais .....	129
5.4.2.1 Álea ordinária .....	131
5.4.2.2 Áleas administrativas .....	131
5.4.2.2.1 Alteração unilateral e fato da Administração .....	132
5.4.2.2.2 Fato do príncipe.....	133
5.4.2.3 Áleas econômicas .....	134
5.4.3 Mecanismos para manutenção ou recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.....	136
5.4.3.1 Reajuste.....	137
5.4.3.1.1 Ausência de previsão expressa da cláusula de reajustamento.....	138
5.4.3.1.2 Escolha do índice de reajustamento .....	138
5.4.3.2 Repactuação .....	140
5.4.3.2.1 Solicitação da repactuação .....	141
5.4.3.2.2 Datas-base da repactuação.....	142
5.4.3.3 Reequilíbrio econômico-financeiro .....	143
5.4.3.3.1 Requisitos para a concessão do reequilíbrio contratual .....	144
5.4.3.3.2 Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Administração Pública .....	145
5.4.3.3.3 Reequilíbrio e reajustamento .....	146

CAPÍTULO 6	
HIPÓTESES DE EXTINÇÃO E NULIDADES DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	149
6.1 Extinção dos contratos administrativos.....	149
6.1.1 Extinção unilateral pela Administração Pública.....	150
6.1.1.1 Consequências da extinção unilateral .....	151
6.1.2 Extinção consensual do contrato.....	152
6.1.2.1 Direito do contratado à extinção contratual.....	152
6.1.3 Extinção do contrato determinada por terceiro .....	154
6.2 Nulidades contratuais.....	155
6.2.1 Regime interpretativo da LINDB e os contratos administrativos.....	157
6.2.2 O caráter indeterminado do conceito de “interesse público” .....	158
6.2.3 Saneamento e convalidação .....	159
6.2.4 Efeitos da declaração de nulidade do contrato administrativo.....	161

CAPÍTULO 7	
MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO	
DE CONTROVÉRSIAS..... 163	
7.1	Consensualidade nos contratos administrativos..... 163
7.2	O dever jurídico de renegociar contratos..... 164
7.3	Meios alternativos para a resolução de controvérsias ... 168
7.3.1	Mediação e conciliação ..... 169
7.3.2	Arbitragem ..... 170
7.3.3	Comitê de resolução de disputas ..... 171
REFERÊNCIAS ..... 173	